



etecétera

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO E EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO MUNICÍPIO NO RIO DE JANEIRO

SEDE: Rua André Cavalcante, nº 128 - Bairro de Fátima - Centro - Tels.: 2242-1193 e 2242-1339
SUBSEDE CAMPO GRANDE: Rua Albertina, nº 70 - Campo Grande - Tels.: 2413-9673 e 3405-1033

Filiado a
NCST
NOVA CENTRAL SINDICAL
DE TRABALHADORES

Ano XVII
Nº 21
Maio/Junho
2007

SINDICATO ASSEGURA REPOSIÇÃO SALARIAL IGUAL À INFLAÇÃO

Os salários dos milhares de trabalhadores empregados de agentes autônomos do comércio e em empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas no município do Rio, foram reajustados em 3,25% (IPCA), a partir de 1º de fevereiro, correspondentes à inflação dos últimos 12 meses. É o que prevê a Convenção Coletiva assinada com o patronal. A validade da Convenção vai até 1º de fevereiro de 2008, data base da categoria. O ticket refeição também sofreu reajuste: subiu de R\$ 7,30 para R\$ 7,46. Os trabalhadores que atuam em sua maioria no setor de prestação de serviços e terceirização passam a receber um piso salarial inicial de R\$ 410,02 - para as funções de contínuos, serventes, agentes de portaria, faxineiros, atendentes, serviços gerais e assemelhados. Para as funções administrativas, de vendas, ou quaisquer outros profissionais não enquadrados no item anterior, o piso é de R\$ 529,67. A remuneração dos empregados que exercem funções de diretores, gerentes ou cargos de confiança, acima de R\$ 6 mil, será negociada livremente entre as partes, conforme prevê a Convenção Coletiva. O reajuste já foi pago pelas empresas no contracheque de março.

Benefícios como anuênio, auxílio-creche e quebra de caixa foram mantidos este ano e reajustados. Por cada ano de serviço prestado à mesma empresa, ficou acertada a gratificação adicional por tempo de serviço (anuênio) de 1% (um por cento) sobre os



Representantes dos patrões e dos empregados fecharam o acordo coletivo de 2007

salários nominais até R\$ 500. Outra cláusula mantida e de grande alcance social é o pagamento do auxílio creche e pré-escolar a cada filho das empregadas, do nascimento aos dois anos de idade, no valor de R\$ 76,41 p/mês com a comprovação dos gastos. Todo funcionário que lidar com o numerário da empresa também terá direito ao pagamento mensal de R\$ 76,41 como gratificação de quebra de caixa. Outro avanço sustentado nesta Convenção Coletiva é a Gratificação na Aposentadoria: ao completar dez anos de serviço ininterrupto na mesma empresa, o empregado fará jus a gratificação no valor do salário base, a ser paga na data da aposentadoria, excetuados os casos em que a própria empregadora já ofereça plano de previdência complementar ou benefício equivalente. As Cláusulas Sociais previstas na Convenção do ano passado foram mantidas, como por exemplo, a estabilidade provisória no emprego nas seguintes condições: garantia no emprego para **gestantes** desde a concepção até cinco meses após o parto, conforme determina a Constituição Federal de 1988; estabilidade no emprego para o trabalhador que contar no mínimo cinco anos de serviço ininterrupto na mesma empresa, desde que esteja a 12 meses ou menos à data de se **aposentar**, ressalvando-se a demissão por justa causa; garantia no emprego pelo prazo de 30 dias do seu retorno ao serviço, aos empregados que retornarem da **licença previdenciária** concedida pela Previdência Social.

Emgepron:

Trabalhadores querem reajuste de 8,5% e novo Plano de Cargos

Estão avançadas as negociações entre os 1.100 empregados da Empresa Gerencial de Projetos Navais, vinculada à Marinha do Brasil, e o Sindicato, para o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho de janeiro de 2007, data base da categoria. Na última assembléia, dia 27 de março, foi eleita uma comissão de empregados com a incumbência de levar a proposta de **8,5%** de reajuste salarial aos demais trabalhadores. Os empregados querem que a Emgepron faça a implementação urgente de um novo Plano de Cargos e Salários (PCS) ainda este ano, pois o antigo está muito defasado em comparação ao do pessoal de tecnologia militar da Marinha.

A pauta prevê ainda, a implantação na folha de pagamentos da Participação nos Lucros e Resultados da empresa, com total transparência sobre os cálculos aplicados. Pela proposta, a cláusula de Estabilidade Provisória para gestante foi modificada: em vez de "garantia no emprego da empregada gestante, desde a concepção até cinco meses após o parto, conforme determina o artigo 10 da Constituição Federal", passa a ter a seguinte redação: "após o término da licença maternidade de 120 dias, a trabalhadora terá direito a mais cinco meses a título de estabilidade provisória no emprego". Ficam mantidas as cláusulas sociais da Convenção anterior, como seguro de vida em grupo, sem ônus para o empregado, e auxílio educação, a título de an-

tecipação salarial, para aquisição de material escolar próprio ou de filhos dependentes.

A comissão de empregados eleita na assembléia do dia 27 ficou assim constituída: Saulo da Mota Cruz, Clenilson Silva de Paula, Jorge Paulo da Rocha, Sérgio Silva da Fonseca, Eraldo Marques Gomes, Francisco Lima Guimarães, e Genitércio Rezende. Todos do complexo Ilha das Cobras. Fabíola, do laboratório da Emgepron, e mais dois nomes, da fábrica de munições de Campo Grande, que estão sendo escolhidos.

Ano passado Emgepron fechou seu quarto Acordo Coletivo

Em agosto de 2006 a Emgepron fechou acordo em separado com o Sindicato. Pela Convenção, a empresa concedeu aos seus empregados reposição salarial de 5,69%, retroativo a 1º de janeiro, incidindo sobre os salários vigentes em dezembro de 2005. Dentre os vários benefícios sociais aprovados está o reajuste do valor mensal da cesta alimentação, a partir de 1º de janeiro de 2006, estipulado em R\$45,00 para empregados com padrões salariais A-01 a A17 e M-01 a M-06; e R\$25,00 para empregados com padrões salariais A-18 e M-07.

A Emgepron é uma empresa pública de regime

celetista, tendo fechado, em junho de 2003, seu primeiro acordo coletivo depois de sete anos sem reajuste salarial. Foi o 1º acordo coletivo em 20 anos, quando foi aprovado aumento de 5%, considerado excelente, já que superou o índice de 1% concedido pelo governo aos funcionários públicos federais. É de ressaltar que até então, o reajuste dos empregados era feito seguindo os índices do funcionalismo federal.



Trabalhadores da Emgepron discutem a pauta com a diretoria do Sindicato visando o acordo de 2007

Editorial

O Brasil não pode esperar

O segundo mandato do presidente Lula – conquistado com mais de 60% dos votos – colocou sobre seus ombros enorme responsabilidade. A grande obra de seu primeiro governo foi a estabilidade da moeda, conseguida através do severo ajuste fiscal realizado com grande sacrifício dos trabalhadores. Para atingir aquele objetivo acumulou ano a ano, enormes superávits primários – para o pagamento dos juros da dívida pública –, contemplando banqueiros com lucros fantásticos, mas pouco investindo na saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Como resultado, a inflação foi contida dentro das metas do FMI, mas a custo do baixo crescimento econômico e alto desemprego.

É por essa razão que no segundo mandato Lula se preocupa em destravar o crescimento do país. Declarou em janeiro, à platéia de empresários e investidores no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, que “O Brasil não pode esperar. Como diz o bom jogador de futebol, ou vai ou racha”. Com esse objetivo, foi elaborado o PAC – Projeto de Aceleração do Crescimento, com série de medidas para atingir aquela meta.

No século XX, entre 1946 a 1979, o Brasil conseguiu a façanha de integrar a lista das dez maiores economias do mundo, com crescimento médio de 7% ao ano. Nesse período, mesmo após o golpe militar, havia um projeto nacional de desenvolvimento econômico, impulsionado pelo Estado. Nos últimos 26 anos – particularmente na década de 90, sob inspiração do neoliberalismo, o crescimento tem se limitado à média de 2,5% ao ano, ficando o país na lanterna dos emergentes.

Com este baixo crescimento não são criados novos postos de trabalho. Quando o PIB (soma de tudo o que o país produz) cresce, surgem novas fábricas, novos empreendimentos e novos empregos. Inversamente quando cai, avança o desemprego.

Lula deverá enfrentar nesse mandato as forças conservadoras que conspiram contra o crescimento do país – os rentistas –, que preferem investir seus capitais na compra dos títulos da dívida pública auferindo lucros fantásticos, ao invés de aplicá-los na produção, que gera empregos.

O presidente tem a grande responsabilidade de resistir a esse lobby, pois os trabalhadores não agüentam mais o desemprego, salários baixos, hospitais públicos sucateados, escolas decadentes, estradas esburacadas, segurança pública em eterna crise e apagão aéreo que nunca se resolve, entre outras mazelas.

Todo governo que assume merece um crédito de confiança da população. Que seja dada ao presidente a régua de alguns meses no fim dos quais promessas serão cobradas em especial a que deve ao povo desde o primeiro mandato. **O espetáculo do crescimento.**

Mexer nos recursos do FGTS prejudica os trabalhadores

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê a utilização de verbas do FGTS para investimento em infraestrutura e até mesmo em bolsas de valores. Para Roberto Busato, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a medida é ilegal uma vez que existe lei que disciplina a destinação e aplicação do FGTS. A legislação trabalhista de Vargas assegurava aos trabalhadores, depois de 10 anos de atividade na mesma empresa, a estabilidade no emprego, dificultando ao máximo sua demissão. O FGTS foi criado em 1966, para substituir o instituto da estabilidade, dois anos após o golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart.

É um direito adquirido pelos trabalhadores, uma poupança compulsória, sempre utilizada por eles, para seu sustento após demissões, doenças graves ou a compra da casa própria. O risco de perda dos recursos do Fundo de Garantia aplicados em obras de

infraestrutura é real. Se o retorno de um projeto ficar abaixo do esperado ou mesmo se a obra não for finalizada, o prejuízo será do trabalhador. Hoje, nos empréstimos que o FGTS faz para o setor de habitação e saneamento, o risco de inadimplência é assumido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

O Fundo de Garantia conta com um ativo de R\$ 184,3 bilhões, sendo que deste montante, R\$21,1 bilhões formam seu patrimônio líquido, constituído por receitas com multas e outras, que não fazem parte do patrimônio líquido do trabalhador. Os R\$ 5 bilhões inicialmente previstos sairão destes R\$ 21,1 bilhões, sem prejuízo da conta do trabalhador.

Nos últimos quatro anos o governo Lula pagou aos banqueiros cerca de R\$ 590,639 bilhões de juros da dívida interna. O melhor mesmo é o governo não mexer nos recursos dos trabalhadores ou constituir o fundo com pequena parte desses recursos.

Sindicato fez acordos em separado com empresas

Com o objetivo de atender as reivindicações específicas de milhares de trabalhadores no município do Rio de Janeiro no período de maio de 2006 a março de 2007, o Sindicato assinou acordos em separado com várias empresas de capital nacional e estrangeiro. São elas: ORBITALL SERVIÇOS E PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO E COMÉRCIO LTDA (Acordo Coletivo de Trabalho); ANALYTICAL SOLUCIONS (Banco de horas); SELLER PROMOÇÕES E MARKETING LTDA (Banco de horas); CASTRO, BARROS, SOBRAL GOMES ADV (Banco de horas); MONTAURY PIMENTA MACHADO ADV (Banco de horas); DI BLASI, PARENTE SOERENSEN GARCIA & ASSOCIADOS S/C (Banco de horas); EPANOR LECCA S/A (Prorrogação e Compensação); MIGUEZ DE MELLO ADVOCACIA (Banco de horas); DHL WORLDWIDE EXPRESS BRASIL LTDA (Acordo Coletivo de Trabalho); COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CODIN (Banco de horas); EXTRAQUADRO ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS LTDA – Acordo de banco de horas; PERFECT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (Banco de horas); EMPRESARIAL DELFOS LTDA (Acordo de banco de horas); RGM – PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA – Acordo de banco

de horas; EMPRESAS DO GRUPO SIMCRED (Acordo para o pagamento do vale transporte em dinheiro); IRON MOUNTAIN DO BRASIL S/A (Acordo Coletivo de Escala.); TECNITAS BRASIL ASSESSORIA TÉCNICA E PERITAGENS LTDA; ACCENTURE DO BRASIL LTDA (Acordo Coletivo de Trabalho); BARBOSA, MUSSNICH & ARAGÃO (Banco de horas); CONSÓRCIO SOLUÇÃO (Acordo Coletivo de Trabalho); BUREAU VERITAS DO BRASIL SOCIEDADE CLASSIFICADORA (Acordo Coletivo de Trabalho); BVQI DO BRASIL SOCIEDADE CERTIFICADORA LTDA (Acordo Coletivo de Trabalho); TI AUDIT LATAM S/A (Acordo Coletivo de Trabalho); CROWLEY BROADCAST ANALYSIS DO BRASIL LTDA (Acordo Coletivo de Trabalho); SEAINPECT ASSESSORIA E PERÍCIAS (Banco de horas); DANNEMANN SIEMSEN BIGLER & IPANEMA MOREIRA (Banco de horas); DANNEMANN SIEMSEN ADVOGADOS (Banco de horas); DANNEMANN SIEMSEN MEIO AMBIENTE CONSULTORES LTDA (Banco de horas); INSTITUTO DANNEMANN SIEMSEN DE ESTUDOS DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL (Banco de horas); BUSCO MARCAS E PATENTES (Banco de horas); REDECARD S/A (Acordo Coletivo de Trabalho por indenização por tempo de serviço).

COMBATE AO FUMO

Anvisa quer ambientes livres de fumaça

Nossa legislação sobre o cigarro é bastante avançada, estando em vigor nos shoppings, cinemas e teatros, restaurantes, repartições públicas e empresas privadas, incluindo os ambientes de trabalho.

A fiscalização compete à Vigilância Sanitária de cada município. No Rio, quem fumar dentro de um shopping é advertido pelo vigilante. Quem se sentir prejudicado pode até fazer uma denúncia na Prefeitura que os fiscais aplicam as multas que cada caso requer. Leis e Decretos coíbem o uso do tabaco. A que está em vigor é a **Lei n.º 9.294**, de 15 de julho de 1996, que proíbe o uso de cigarros, cigarilhas, cachimbos, ou de qualquer outro produto fumígeno derivado do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, tais como, repartições públicas, hospitais, salas de aula, bibliotecas, **ambientes de trabalho**, teatros e cinemas, exceto em fumódromos.

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) está consultando a população visando regulamentar espaços voltados exclusivamente para usuários de cigarros e derivados de tabaco. A ideia, segundo Humberto Martins, gerente de tabaco da Anvisa, é garantir direitos aos fumantes passivos e não fumantes que são maioria da população brasileira. Os fumantes, por enquanto, só podem consumir tabaco em ambientes ao ar livre ou em áreas coletivas específicas e arejadas, diz o gerente nacional da Anvisa.

Na Europa um milhão de mortes

Notícias nos jornais dão conta que também na Europa existe verdadeira guerra ao fumo. Até o final deste semestre, pelo menos mais de seis países criarão novas restrições e proibições para os fumantes. Quase todos os 27 países da União Européia (EU), salvo algumas exceções contarão com uma legislação restritiva ao fumo em locais fechados.

nes. A taxa de mortalidade de quem divide o ambiente com quem fuma é 15% maior do que a do restante da população. São 79 mil mortes por ano.

No próximo dia 31 de maio, **Dia Mundial sem Tabaco**, será lançada a campanha “Ambiente livre de fumaça” pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Empresas, governos, instituições públicas ou privadas, como sindicatos, se engajarão na campanha. A saúde do trabalhador agradece.



Quase um milhão morrem por ano na Europa por doenças relacionadas ao fumo. Fumantes passivos não estão imu-

etecetera

Jornal do Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Município do Rio de Janeiro.

Sede :Rua André Cavalcante, 128 - Bairro de Fátima - Centro - RJ - Tels.: 2242-1193 e 2242-1339

Diretora: Maria Martins Editor: Cláudio José Alves - MTPS 1863-4

Colaboração: Maria Helena Santos e Lara Regis (estagiária)

Todos os integrantes da categoria

Editoração e Arte Final: Fernando Teixeira
Impressão: Folha Dirigida

Nos últimos 12 meses empresas dispensaram 2.391 trabalhadores

As homologações realizadas no Sindicato entre abril de 2006 e abril deste ano registraram 2.391 demissões, reflexo da rotatividade no setor de prestação de serviços e terceirizados. Já no período de abril de 2005 a maio de 2006, foram registradas as dispensas de 1.908 trabalhadores. Geralmente o desemprego vem acompanhado de outro fator preocupante: o pagamento incorreto das verbas rescisórias o que conduz muitos empregados ao Departamento Jurídico do Sindicato, em busca de orientação e ajuizamento de ações trabalhistas.

As empresas que mais demitiram foram: CSU CARDSYSTEM S/A (481); SERES – SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL LTDA (410); LOSANGO PROMOÇÕES E VENDAS LTDA (135); PARCERIA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (133); PERSONALE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA (128); TRISHOP PROMOTION E SERVICE LTDA (116); BBPP HOLDINGS LTDA (107); WORLD WIDE SERVICE PERSONAL S/A (102); PROSERVI EMPREENDIMENTO E SERVIÇO LTDA (88) e INSTITUTO DE PROFISSIONAIS PÚBLICOS E PARTICULARES (86) entre outras.

O aumento do desemprego é consequência da política governamental que não favorece o desenvolvimento econô-



Diariamente trabalhadores demitidos fazem homologação no Sindicato

mico do país que amarga índices baixos de crescimento do PIB (média de 2,5% nos últimos anos), colocando o Brasil em posição desvantajosa entre os países emergentes.

O atendimento na homologação é feito das 8h às 12h, e das 13h às 17h. Para ser atendido é preciso apanhar uma senha entre 8h às 11h, e das 12h às 15h, exceto nos dias de grande movimento, quando as senhas são distribuídas até às 17h.

Documentos necessários para homologação:

Carta de preposto de funcionário da empresa (com cópia); procuração outorgada a funcionário da contabilidade ou terceiros com firma reconhecida (com cópia); se for sócio da empresa apresentar cópia do contrato social; Duas últimas guias quitadas e originais do FGTS; uma cópia do termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), além das 4 vias normais; aviso prévio ou pedido de demissão em 3 vias; guias do Seguro Desemprego; Carteira de Trabalho atualizada; ficha funcional ou livro de registro de empregados atualizados; Exame Médico ocupacional (demissional) – um original e duas cópias (de médico do trabalho); para pagamento da rescisão somente cheque administrativo, ou em espécie, ou depósito na conta do empregado (com cópia); e dois originais e uma cópia da GRFC e extrato do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

Em um ano, Jurídico do Sindicato atende 1.690 trabalhadores

A fim de solucionar problemas ou simplesmente buscar orientação jurídica, os empregados de agentes autônomos do comércio no Município do Rio têm procurado o Sindicato para reivindicar seus direitos. Nos últimos 12 meses, o Sindicato atendeu 1.690 trabalhadores. Durante esse período ocorreram 67 acordos e 273 audiências. Foram encaminhados à Justiça do Trabalho 93 processos e, já concedidas, 81 sentenças favoráveis ao trabalhador.

Atendimento Jurídico : Se sua empresa não cumpre com as obrigações trabalhistas procure orientação com nossos advogados. O atendimento é realizado das 8h às 12h, e das 13h às 17h. Mais informações nos tels: 2242-1339 ou 2242-1193. O atendimento geral do Sindicato é feito das 8h às 18h. Aqui você tem assistência jurídica trabalhista gratuita.

SINDICATO COMEMOROU 21 ANOS

O Sindicato comemorou 21 anos em 25/9 passado, e nas palavras da presidente Maria Martins, “foram anos de muito trabalho e dedicação aos trabalhadores. Espera que outros 21 anos se passem e possam ser comemorados da mesma forma que fizemos em setembro”. Ressaltou que nesse período o prédio foi reformado, as instalações ampliadas para o conforto não só dos funcionários como também dos empregados de agentes autônomos, que procuram diariamente o Sindicato para resolver seus problemas.

Uma das funcionárias mais antigas, Elizete Augusto dos Santos, lembrou do tempo em que representava categorias como os vigilantes, trabalhadores do IBGE, da Bolsa de Valores, das empresas de processamento de dados e de consultoria. Naquela época funcionava como uma espécie de mãe que gerou vários filhos que foram se organizando em outros Sindicatos como o dos Vigilantes, das Secretárias, Telemarketing, dos Operadores de Empilhadeiras e Motociclistas. Para ela, o importante é que o Sindicato está organizado, sua situação é regular em termos trabalhistas, não tendo também nenhum bem penhorado.

Prestigiaram o evento Fernando Bandeira, presidente da Federação e um dos fundadores do Sindicato, Jomar Firmino e Maria Goretti, vice-presidente e secretária geral do Sindicato dos Vigilantes, além de Bernadete B. dos Santos, presidente do Sindicato dos Operadores de Telemarketing do RJ, entre outros.



Trabalhadores prestigiaram o aniversário do Sindicato

NOVAS REGRAS DO MÍNIMO SIGNIFICAM ARROCHO SALARIAL

O Projeto de Aceleração do Crescimento – PAC, apresentado pelo governo Lula no dia 22/01/07, merece uma análise mais profunda de todos os trabalhadores. Feito às pressas após as eleições, tem o sentido de dar uma resposta aos que clamam por crescimento econômico e empregos, a maioria do eleitorado.

Uma das medidas é particularmente preocupante para os trabalhadores, aposentados e pensionistas. Trata-se da proposta de ajustar o salário mínimo pela variação da inflação (INPC) acrescida do crescimento real do PIB de dois anos atrás.

Historicamente o reajuste do salário mínimo foi um instrumento de valorização da luta dos trabalhadores, da busca de índices que demonstrassem a crença no progresso e no desenvolvimento do país. Foi também o mo-

mento de unidade nacional e de valorização dos trabalhadores e de seus líderes de buscar a ampliação dos direitos duramente conquistados.

Com a nova política, os sindicatos não precisarão mais negociar o valor do salário mínimo anualmente. Esvazia-se a luta dos trabalhadores, já bastante enfraquecida com o aumento do desemprego, da informalidade e a consequente rotatividade da mão de obra assalariada.

Se a proposta contida no PAC tivesse sido adotada desde o primeiro mandato de Lula o resultado indicaria que os trabalhadores e aposentados teriam **uma perda de cerca de 13,5%** no valor do **salário mínimo** entre **2003 e 2004**. As novas regras podem significar novo **arrocho salarial**.

AGENDA AÍ !

Formação Sindical para dirigentes e trabalhadores

A Federação dos Vigilantes e Empregados de Agentes Autônomos está promovendo curso de formação sindical para o aperfeiçoamento dos seus quadros. As aulas são ministradas aos sábados, nos seguintes dias: 31 de março, 14 e 28 de abril; 5, 19 e 26 de maio, totalizando uma carga horária de 24 horas. O curso é dividido em quatro módulos – **histórico, econômico, trabalhista e liderança política**. Os interessados podem procurar o Sindicato para se inscrever. No final do curso serão distribuídos certificados.

TRABALHADORAS E MORADORAS DO CENTRO PRESTIGIARAM O DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Como ocorre todos os anos, no dia 8 de março, o Sindicato lembrou o sacrifício das 129 operárias têxteis nos Estados Unidos, ocorrido há 150 anos, com um café da manhã e entrega de flores. Nesse dia, no ano de 1857, as tecelãs da fábrica Cottom, de Nova York, iniciaram um movimento grevista pela redução da jornada de trabalho. A mando dos patrões, as portas da fábrica foram trancadas com as operárias dentro. O local foi incendiado, morrendo carbonizadas as precursoras do movimento pela libertação das mulheres.

Em 1910, por iniciativa da jornalista alemã Clara Zétken, na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhagen, foi aceito que o 8 de março, fosse consagrado no mundo todo, à memória das valorosas trabalhadoras de Nova York.

Prestigiaram o evento, organizado pela direção do Sindicato, além dos diretores e funcionários, as moradoras da comunidade do Centro e bairros vizinhos. A mesa foi composta por: Maria Martins, presidente do Sindicato; Fernando Bandeira, presidente da Federação; Maria Alves, secretária geral do Sindicato; a professora, Ângela Bravo Fernandez, diretora da Associação de Moradores e Amigos do Centro; a educadora Maria João Bastos, presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública, da 13ª Área Integrada de Segurança Pública (Centro); e Helena Ferreira, diretora social de assuntos comunitários do mesmo Conselho.



Moradora do Centro recebe brinde e rosa da presidente Maria Martins

Trabalhadoras e moradoras da comunidade foram homenageadas pelo Sindicato



Nova Central recebe secretário do Trabalho sindicalista

O Deputado Alcebiades Sabino, secretário estadual do Trabalho, foi recebido no dia 27 de março pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), na rua Camerino, nº 66. Em sua palestra, expôs seus planos de recuperação daquele órgão, como o aumento da dotação orçamentária da secretaria que já foi de R\$50 milhões, e hoje não chega aos R\$3,5 milhões. Esses recursos são insuficientes para qualificar os trabalhadores para os postos de trabalho que exigem melhor preparo. Pretende também que a Secretaria do Trabalho volte a ter assento nos Conselhos de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Econômico. Está nos pla-



Alcebiades Sabino (de pé) fala de seus projetos à Nova Central Sindical de Trabalhadores

nos do novo secretário a reativação do microcrédito para impulsionar o empreendedorismo que cumpre importante papel na criação de novos empregos. Revitalizar as 42 agências da Secretaria de Trabalho e treinar seus 592 funcionários é outra meta que se impõe, dadas às condições precárias em que se encontram.

Fernando Bandeira, presidente da Federação e representante nacional da NCST, parabenizou a entidade, ressaltando que contamos agora com um secretário que foi sindicalista, o que facilitará o contato com os trabalhadores e o encaminhamento de suas demandas.

Assistência Médica: 45 clínicas para titular e dependentes

Atendimento médico em 16 especialidades com 45 clínicas conveniadas ao plano de saúde ACMERJ, são oferecidos ao empregado de agente autônomo associado e seus dependentes. Os trabalhadores e seus familiares têm direitos a pronto socorro para emergências que não requeiram internações, porém haverá emergência 24h de porte ambulatorial. As clínicas estão localizadas no Centro, Zonas Sul/Norte, Baixada Fluminense, São Gonçalo e Niterói. Se a sua carteira do Plano de Saúde passou do prazo de vencimento, poderá ser atualizada mediante novo pedido. A validade é de seis meses. Para ter direito ao benefício, basta procurar o Sindicato munido dos seguintes documentos: cópia da carteira de associado, carteira de trabalho, contracheque do mês, certidão de nascimento dos filhos ou enteado, certidão de casamento ou cópia da identidade da companheira. A relação das clínicas encontra-se a disposição no Sindicato.

Atendimento Odontológico no Centro e Zona Oeste

O Sindicato também oferece tratamento odontológico aos trabalhadores associados e seus dependentes, por meio de convênio com consultórios no Centro e Campo Grande. No Plano Dentário, o associado tem atendimento emergencial, sendo oferecido a ele e seus familiares os serviços odontológicos: obturações, limpeza completa, tratamento de um canal (de canino a canino), colocação de próteses, dentaduras e remoção de tártaros. Em Campo Grande, o consultório fica na Rua Campo Grande, nº 1096, sala 608. O atendimento é feito de segunda a sábado. Já no Centro, o empregado de agente autônomo pode se consultar de segunda a sexta, na Av. Treze de Maio nº 23 - sobreloja. Os associados interessados devem se dirigir primeiro ao Sindicato, para apanhar o encaminhamento. Mais informações nos telefones 2242-1193 (Centro) ou 3405-1033 (Campo Grande).

Caminhão de Mudanças: Um direito do associado

Quem passou pelo transtorno de uma mudança sabe como isso afeta o orçamento da família. Para os associados do Sindicato as mudanças são feitas com segurança e presteza através de caminhão baú dirigido por excelente profissional.

Para ter direito ao benefício basta o associado marcar a data da mudança com antecedência de 15 dias, informando o local da saída e o novo endereço. Uma taxa de reserva é cobrada para a manutenção do veículo que atua em todo o grande Rio. Outras informações podem ser obtidas com a diretora Maria Alves, através do telefone: 2242-1339 ou 2242-1193.



Vamos manter nossa união

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS - RJ

Tel.: 2242-1193 / 2242-1339

IMPRESSO



Impresso Especial

050201490-3/2003/DR/RJ
SINDAUTRJ
CORREIOS

O QUE O SINDICATO OFERECE A VOCÊ

Serviço odontológico:

- O Sindicato oferece tratamento dentário para os associados e dependentes. Com equipamentos modernos e excelentes profissionais, o serviço garante obturações, limpezas, extrações, tratamento de canal e colocação de dentaduras.

Assistência Jurídica:

- Nossos advogados prestam atendimento na área trabalhista, dando acompanhamento às audiências, processos e acordos em favor dos trabalhadores. O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h à 17h. Se você precisar de orientação ou tirar dúvidas, nos procure.

Kombi Assistencial:

- Transportam os associados nas horas de sufoco que vão de casos de doenças a movimentos grevistas.

Auxílios em Dinheiro:

- É garantido aos nossos associados em casos de matrimônio, natalidade, doença e morte do associado ou de dependentes.

Caminhão de Mudanças:

- Faz mudanças para os associados em todo o Grande Rio, Baixada, Niterói e São Gonçalo.

Atendimento Social:

- Nossos diretores de plantão estão a disposição da categoria para solucionar problemas junto às empresas, orientar, receber denúncias que serão encaminhadas às autoridades e, principalmente, defender o trabalhador da exploração e desrespeito patronal.

Banco de Empregos:

- Em contato permanente com as empresas, nossos diretores sabem quando surgem novas vagas. Os cadastros feitos no Sindicato por companheiros desempregados têm preferência para o preenchimento dos postos.